

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : OFESP

CLASS. : 1384

DATA : 22 06 91

PG. : 12

## Passarinho demite presidente da Funai

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, demitiu ontem o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães, alegando "inoperância" na demarcação das terras dos índios ianomâmis. Há dois meses, um decreto presidencial determinou um prazo de 180 dias para demarcação da reserva. Segundo Passarinho, Guimarães não levou a sério as determinações. A presidência da Funai será ocupada, interinamente, pelo atual superintendente Edívio Battistelli.

A processo de demissão de Guimarães teve início com o envio de uma carta do índio txucarramãe Megaron, administrador do Parque Nacional do Xingu, na quarta-feira, ao ministro Jarbas Passarinho. A carta denunciava o envolvimento do presidente da Funai com as índias do posto. Segundo Megaron, Guimarães desrespeitou as índias, fotografou-as despidas e tinha o hábito de tomar banho nu no rio, quando visitava a reserva.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), também fez

acusações contra ex-presidente da Funai, segundo as quais ele teria desrespeitado as comunidades e mantido "estreita ligação" com as mineradoras que operam em áreas indígenas.

Cantídio Guerreiro Guimarães foi comunicado sobre sua demissão por meio de um telefonema do chefe de gabinete do ministro Jarbas Passarinho, Antonio Pojo. Segundo Guimarães, não lhe foi dada nenhuma justificativa para seu afastamento repentino. "Posso afirmar que foram as pressões do Cimi e do cacique Megaron". Com o Cimi, Cantídio Guimarães, na sua versão, teve alguns atritos por não permitir que seus membros participassem de reuniões com índios na Funai. Sobre as acusações de Megaron, o ex-presidente da Funai disse que as afirmações são falsas. Segundo ele, Megaron começou a aparecer com essas denúncias depois que a Funai decidiu consultar os 18 líderes de aldeias do parque sobre a situação da reserva. Guimarães foi nomeado para o cargo pelo ex-ministro da Justiça Bernardo Cabral, em agosto.